

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Em seu caderno de prova, caso haja opção(ões) constituída(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.
- Sempre que utilizadas, as siglas subsequentes devem ser interpretadas de acordo com a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: ANVISA = Agência Nacional de Vigilância Sanitária; CDC = Código de Defesa do Consumidor; CF = Constituição Federal de 1988; CNJ = Conselho Nacional de Justiça; CONAMA = Conselho Nacional do Meio Ambiente; CPC = Código de Processo Civil; CPI = comissão parlamentar de inquérito; CTN = Código Tributário Nacional; ECA = Estatuto da Criança e do Adolescente; IBAMA = Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; ICMS = imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestação de serviço de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação; INPI = Instituto Nacional de Propriedade Industrial; MP = Ministério Público; OAB = Ordem dos Advogados do Brasil; SNMA = Sistema Nacional do Meio Ambiente; STF = Supremo Tribunal Federal; STJ = Superior Tribunal de Justiça; SUS = Sistema Único de Saúde; TCU = Tribunal de Contas da União; TJ/CE = Tribunal de Justiça do Estado do Ceará; TRE = Tribunal Regional Eleitoral; TSE = Tribunal Superior Eleitoral.

PROVA OBJETIVA SELETIVA

BLOCO I

QUESTÃO 1

Elemento acidental do negócio jurídico, a condição possui, entre outras, as seguintes características:

- A** impositividade e certeza.
- B** acessoriedade e voluntariedade.
- C** legalidade e futuridade.
- D** involuntariedade e incerteza.
- E** legalidade e brevidade.

QUESTÃO 2

Maria decidiu alugar um imóvel de sua propriedade para Ana, que, no momento da assinatura do contrato, tinha dezessete anos de idade.

Nessa situação hipotética, o contrato celebrado pelas partes é

- A** nulo, uma vez que foi firmado por pessoa absolutamente incapaz, condição que pode servir de argumento para Ana extinguir o contrato.
- B** anulável, portanto passível de convalidação, ressalvado direito de terceiros.
- C** válido, desde que tenha sido formalizado por escritura pública, visto que tem por objeto um imóvel.
- D** nulo, porque Ana deveria ter sido representada por um de seus genitores.
- E** válido, ainda que Ana não possua capacidade de direito para celebrar o contrato de aluguel.

QUESTÃO 3

Pedro descobriu que seu nome havia sido inscrito em órgãos de restrição ao crédito por determinada instituição financeira em decorrência do inadimplemento de contrato fraudado por terceiro.

Nesse caso hipotético, a instituição financeira

- A** não responderá civilmente, uma vez que se trata de fato de terceiro, mas deverá proceder à retirada do registro negativo no nome de Pedro.
- B** não responderá civilmente, porque a fraude configura uma excludente de caso fortuito externo.
- C** responderá civilmente na modalidade objetiva integral.
- D** responderá civilmente apenas se Pedro comprovar que sofreu prejuízos devido à inscrição de seu nome nos órgãos de restrição ao crédito.
- E** responderá civilmente na modalidade objetiva, com base no risco do empreendimento.

QUESTÃO 4

Em um contrato, as partes pactuaram livremente o prazo de trinta dias para o exercício de eventual direito de arrependimento.

Esse prazo possui natureza

- A** prescricional e pode ser reconhecido de ofício pelo juiz.
- B** prescricional e somente pode ser suscitado pelas partes.
- C** decadencial e pode ser reconhecido de ofício pelo juiz.
- D** decadencial e somente pode ser suscitado pelas partes.
- E** diversa da prescricional ou decadencial.

QUESTÃO 5

Contrato de prestações certas e determinadas no qual as partes possam antever as vantagens e os encargos, que geralmente se equivalem porque não envolvem maiores riscos aos pactuantes, é classificado como

- A** benéfico.
- B** aleatório.
- C** bilateral imperfeito.
- D** derivado.
- E** comutativo.

QUESTÃO 6

João propôs ação de usucapião extraordinária em uma das varas cíveis da comarca de Fortaleza – CE.

Nessa situação hipotética,

- A** a sentença servirá de título para registro no cartório de imóveis, em caso de procedência da ação.
- B** a petição inicial deve conter comprovação dos requisitos de boa-fé e do justo título de João.
- C** o requisito temporal não pode ser completado no curso do processo, em nenhuma hipótese.
- D** o juiz deverá verificar se o autor comprovou a posse ininterrupta por pelo menos cinco anos.
- E** o período de posse precária poderá ser considerado para fins de verificação do cumprimento do requisito temporal dessa modalidade de usucapião.

QUESTÃO 7

Conforme classificação doutrinária, a herança, antes da formalização da partilha, pode ser considerada um bem de indivisibilidade

- A** convencional e uma universalidade de fato.
- B** convencional e uma universalidade de direito.
- C** legal e uma universalidade de direito.
- D** legal e uma universalidade de fato.
- E** natural e uma universalidade de direito.

QUESTÃO 8

Julgue os itens seguintes, a respeito do pagamento e de sua disciplina no Código Civil.

- I O credor não pode se recusar a receber pagamento parcial.
- II O pagamento pode ser feito por terceiro não interessado.
- III Se forem designados dois ou mais lugares para o pagamento, a escolha caberá ao credor.

Assinale a opção correta.

- A** Nenhum item está certo.
- B** Apenas o item I está certo.
- C** Apenas o item III está certo.
- D** Apenas os itens I e II estão certos.
- E** Apenas os itens II e III estão certos.

QUESTÃO 9

Conforme o Código Civil e a Lei de Registros Públicos, depende de averbação a

- A** sentença de divórcio.
- B** declaração de emancipação.
- C** sentença de interdição.
- D** certidão de nascimento.
- E** certidão de óbito.

QUESTÃO 10

A curatela de pessoa com deficiência é medida protetiva extraordinária

- A** que impõe aos curadores o dever de representar os curatelados e de prestar semestralmente contas de sua atuação ao juiz.
- B** incompatível com a nomeação de curador provisório, haja vista a natureza definitiva da curatela.
- C** que afetará somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial indicados na sentença.
- D** que poderá ser instituída por iniciativa do próprio interditando, mediante escritura pública, conforme o CPC.
- E** proporcional às necessidades e às circunstâncias de cada caso, sendo um instituto igual ao da modalidade de decisão apoiada.

QUESTÃO 11

Após as providências preliminares de saneamento, o juiz decidiu parte do mérito da causa antecipadamente, por considerar que alguns pedidos formulados eram incontroversos.

Nessa situação, o juiz exerceu

- A** cognição exauriente: a sentença é, necessariamente, líquida e o recurso cabível será a apelação.
- B** cognição sumária: a sentença é ilíquida e o recurso cabível será a apelação.
- C** cognição exauriente: o recurso cabível será o agravo de instrumento, independentemente de a decisão ter sido líquida ou ilíquida.
- D** cognição exauriente: a decisão é, necessariamente, líquida e o recurso cabível será o agravo de instrumento.
- E** cognição sumária: a decisão é, necessariamente, líquida e o recurso cabível será o agravo de instrumento.

QUESTÃO 12

A fixação de calendário para a prática de atos processuais

- A** vincula as partes, mas não o juiz.
- B** torna dispensável intimação para a audiência cuja data esteja designada no calendário.
- C** é uma convenção processual e, portanto, não pode ser firmada pela fazenda pública.
- D** deve assumir a forma determinada em lei para evitar falha que gere nulidade.
- E** é uma convenção processual que, se estipular confidencialidade, permitirá que o processo tramite em segredo de justiça.

QUESTÃO 13

Julgue os seguintes itens, acerca dos poderes do juiz.

- I Como regra geral, o juiz pode dilatar os prazos processuais dilatórios, mas não os peremptórios, e alterar a ordem de produção dos meios de prova.
- II O juiz exerce poder hierárquico quando, por exemplo, indefere o pedido de pergunta do advogado.
- III Incidirá a pena de confesso sobre a parte que, intimada, não comparecer ao interrogatório designado pelo juízo para aclarar pontos sobre a causa.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 14

O negócio jurídico processual adquire eficácia a partir

- A da homologação do negócio pelo juízo antes do trânsito em julgado.
- B da verificação da existência e da validade do negócio, em respeito às normas de ordem pública.
- C da verificação da licitude do negócio e de sua forma, que deve ser permitida ou não vedada por lei.
- D da homologação do negócio pelo juízo, desde que verse sobre direitos disponíveis.
- E da homologação do negócio pelo juízo antes da prolação da sentença.

QUESTÃO 15

Com base no CPC, é correto afirmar que o valor da causa

- A não servirá de base de cálculo para a fixação de multa por ato atentatório à dignidade da justiça caso seja irrisório ou demasiado elevado.
- B é um requisito legal da petição inicial, mas não da reconvenção.
- C não poderá ser corrigido de ofício pelo juiz, mesmo se verificado que a monta indicada não corresponde ao conteúdo patrimonial em discussão.
- D pode ser corrigido a qualquer tempo se comprovada alteração superveniente de fato ou de direito, oportunidade na qual será complementado o seu pagamento, se necessário.
- E corresponderá, em causa relativa a obrigação por tempo indeterminado, à soma das parcelas vencidas mais o valor de uma prestação anual relativa às parcelas vincendas.

QUESTÃO 16

A reclamação é um instrumento jurídico que

- A busca garantir a autoridade das decisões de tribunais e tem cabimento restrito ao STF e ao STJ.
- B pode ser proposta em até dois anos após o trânsito em julgado da decisão reclamada.
- C cabe para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida, quando não esgotadas as instâncias ordinárias.
- D pode gerar, se julgada procedente, a cassação de ato jurisdicional, mas não a sua revisão.
- E tem natureza recursal, uma vez que poderá reverter a decisão reclamada.

QUESTÃO 17

Conforme a jurisprudência do STJ e a legislação pertinente, mandado de segurança pode ser impetrado

- A contra ato de gestão comercial praticado por administrador de empresa pública.
- B por terceiro contra ato judicial, desde que recurso tenha sido previamente interposto.
- C por qualquer pessoa física ou jurídica, excluídos os órgãos públicos despersonalizados e as universalidades legais.
- D contra ato praticado em licitação promovida por sociedade de economia mista.
- E contra ato ilegal omissivo sobre relação jurídica de trato sucessivo, no prazo decadencial de cento e vinte dias, contados a partir da ciência do ato.

QUESTÃO 18

Em sentença, foi julgado procedente o pedido autoral, com base em fundamento suficiente. Em recurso, o réu pediu a apreciação de outros argumentos da defesa que não haviam sido considerados na sentença. O tribunal conheceu do recurso e, ao julgá-lo, verificou uma questão de ordem pública que não havia sido cogitada até então na demanda. Com base nessa questão de ordem pública, prolatou-se acórdão que reformou a sentença.

Com relação aos efeitos recursais no caso hipotético apresentado, são verificados, respectiva e cronologicamente, os efeitos

- A regressivo, translativo e expansivo.
- B regressivo, devolutivo e translativo.
- C devolutivo, expansivo e translativo.
- D devolutivo, translativo e substitutivo.
- E devolutivo, translativo e regressivo.

QUESTÃO 19

O autor da ação poderá alterar o pedido inicial

- A até o saneamento do processo, desde que haja consentimento do réu.
- B até o término da fase postulatória, independentemente do consentimento do réu.
- C a qualquer tempo, sempre subordinado ao consentimento do réu.
- D após a citação do réu e independentemente do seu consentimento, se este for revel.
- E enquanto houver citações pendentes no caso de litisconsórcio passivo, desde que haja o consentimento dos réus já citados.

QUESTÃO 20

Com base na legislação de regência e na jurisprudência do STJ, é correto afirmar que a ação de improbidade administrativa

- A) pode ser ajuizada tanto em caráter preventivo como em caráter repressivo.
- B) exige a formação de litisconsórcio passivo necessário entre o réu agente público e os particulares beneficiados pelo ato ímprobo.
- C) pode ser encerrada por meio de acordo firmado entre as partes e devidamente homologado pelo juízo.
- D) admite a utilização de prova emprestada colhida na persecução penal, desde que assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- E) deve ser ajuizada e processada nas instâncias ordinárias, salvo se a conduta ímproba tiver sido praticada por agente público com foro privilegiado.

QUESTÃO 21

Considerando-se a doutrina consumerista dominante acerca da segurança e da periculosidade de produtos e serviços, assinale a opção correta.

- A) Os requisitos de normalidade e previsibilidade devem estar presentes para o reconhecimento da periculosidade inerente ou latente de produtos ou serviços.
- B) Periculosidade adquirida é aquela que não deriva de defeito e que tem como característica principal a previsibilidade.
- C) A informação adequada serve para mitigar os riscos dos produtos dotados de periculosidade exagerada, permitindo, assim, que eles sejam colocados no mercado.
- D) O chamado vício de qualidade por insegurança não se confunde com defeito do produto ou do serviço.
- E) Um produto não será considerado perigoso se estiver em conformidade com a regulamentação em vigor.

QUESTÃO 22

A respeito das infrações penais tipificadas no CDC, assinale a opção correta.

- A) Enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto, constitui infração penal.
- B) Praticar crime tipificado no CDC em detrimento de operário ou rurícola não constitui circunstância agravante.
- C) Permitir o ingresso em estabelecimento comercial de clientes em quantidade superior à fixada pela autoridade administrativa como quantidade máxima constitui crime.
- D) Deixar de entregar ao consumidor o termo de garantia adequadamente preenchido e com especificação clara de seu conteúdo caracteriza conduta atípica.
- E) Empregar na reparação de produtos peça ou componente de reposição usado, ainda que se tenha a autorização prévia e expressa do consumidor, constitui crime.

QUESTÃO 23

Após embarcar em um veículo de transporte público coletivo e pago a passagem, João se desequilibrou, em razão de uma frenagem brusca, e se acidentou no interior do veículo, o que lhe causou diversas fraturas pelo corpo.

Tendo como referência essa situação hipotética, assinale a opção correta, à luz do CDC e da jurisprudência do STJ.

- A) A relação estabelecida entre João e a empresa de transporte público coletivo proprietária do veículo não se submete ao regime da legislação consumerista.
- B) A ocorrência do acidente que lesionou o passageiro não configura defeito na prestação do serviço.
- C) O prazo para o ajuizamento da ação de reparação de danos é decadencial.
- D) A responsabilidade da empresa de transporte pelos danos causados no acidente deverá ser condicionada à demonstração da existência de culpa do prestador.
- E) O prazo para o ajuizamento da ação de reparação de danos é de cinco anos.

QUESTÃO 24

A respeito dos bancos de dados e dos cadastros de consumidores, é correto afirmar que

- A) são considerados entidades de caráter público.
- B) não há distinção jurídica relevante entre eles, de acordo com a doutrina dominante.
- C) incumbe ao próprio devedor requerer a exclusão do seu registro regular em cadastro de órgão de proteção ao crédito após o pagamento da dívida.
- D) o direito a retificação ou correção de dados e cadastros do consumidor, embora admitido pela jurisprudência, não encontra previsão legal específica no CDC.
- E) é incabível *habeas data* para se obter informações constantes dessas entidades em caso de o fornecimento dessas informações ter sido negado ao consumidor.

QUESTÃO 25

Com relação às sanções administrativas previstas no CDC, assinale a opção correta.

- A) A contrapropaganda é prática abusiva que sujeita o seu autor a sanção administrativa.
- B) A violação de obrigação contratual por concessionária de serviço público não pode fundamentar a aplicação da pena de cassação da concessão.
- C) Essas sanções devem ser aplicadas por autoridade administrativa, no âmbito de sua atribuição, sendo vedada a aplicação cumulativa.
- D) A pena de interdição será aplicada, após procedimento administrativo, quando o fornecedor reincidir na prática das infrações de maior gravidade previstas no CDC e na legislação de consumo.
- E) A existência de ação judicial pendente, ainda sem trânsito em julgado, em que se discuta a imposição de penalidade administrativa não impede o reconhecimento da reincidência.

QUESTÃO 26

Considerando o disposto no ECA e a jurisprudência do STJ acerca da adoção unilateral, assinale a opção correta.

- A** Nessa espécie de adoção, há ruptura total da relação entre o adotado e seus pais biológicos, substituindo-se a linha biológica originária do adotado para todos os efeitos, inclusive os civis.
- B** Caso o poder familiar de um dos genitores do adotando seja destituído, será necessária consulta ao grupo familiar estendido, a fim de a adoção unilateral ser concluída.
- C** Mesmo depois de transitada em julgado a sentença de adoção unilateral, é possível a sua revogação em razão de arrependimento do adotado, em favor do melhor interesse dele.
- D** O objeto da adoção unilateral é o menor completamente desassistido, cuja percepção de pertencimento familiar é impactada pelo próprio processo de adoção.
- E** O adotado unilateralmente por cônjuge pode, ao atingir a maioridade, requisitar a revogação da adoção por não mais ter interesse nela.

QUESTÃO 27

Considerando o disposto no ECA e a jurisprudência do STJ e do STF acerca da prática de ato infracional e da aplicação de medidas socioeducativas, assinale a opção correta.

- A** O julgamento de apelação interposta em favor de adolescente sentenciado a medida socioeducativa de internação — ao qual não tenha sido imposta anterior internação provisória — é requisito para o início do cumprimento da medida.
- B** É cabível a aplicação de medida socioeducativa de internação a adolescente que tenha praticado anteriormente uma única infração grave.
- C** Em se tratando de menor em cumprimento de medida socioeducativa de internação, são vedados a apuração e o julgamento de atos infracionais que tenham sido praticados por ele anteriormente à aplicação da medida.
- D** Caso o menor infrator complete dezoito anos de idade durante o cumprimento de medida de prestação de serviço à comunidade, a referida medida deverá ser extinta em virtude de sua natureza.
- E** Haverá regressão de medida socioeducativa caso o adolescente descumpra reiteradamente medida de semiliberdade, sendo dispensada a sua oitiva se ele tiver sido advertido anteriormente pelo magistrado sobre as consequências do descumprimento injustificado.

QUESTÃO 28

A um jovem de dezesseis anos de idade, em situação de rua havia dois anos, com diversas passagens por abrigos em razão de mau comportamento, foi aplicada medida socioeducativa de semiliberdade pela prática de atos infracionais sem grave ameaça ou violência na cidade A, em determinado estado da Federação, onde começara a cumprir a sentença. Após o primeiro pernoite, o reeducando não retornou à unidade de custódia, por ter regressado à residência de sua genitora, localizada na cidade B, em outro estado da Federação, onde não há unidade de custódia de semiliberdade. Notificada do ocorrido, a genitora do menor comprometeu-se com a unidade de custódia da cidade A a apresentar o filho ao tribunal do estado da cidade B, onde ele se encontrava, para ser dado seguimento ao cumprimento da medida socioeducativa.

Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta, à luz da legislação pertinente e da jurisprudência do STJ.

- A** A inexistência de unidade de custódia de semiliberdade na cidade B inviabiliza a execução da medida socioeducativa nessa localidade, devendo o menor ser conduzido à cidade A para cumpri-la.
- B** O fato de o menor não ter retornado, injustificadamente, à unidade de custódia logo após o primeiro pernoite impede a continuidade do cumprimento da medida na cidade B.
- C** É vedada a inclusão do menor em programa de meio aberto, devido ao seu histórico de situação de rua por dois anos.
- D** A persistência nas ilicitudes e o mau comportamento do menor nos diversos abrigos pelos quais passou impedem a inclusão dele em programa de meio aberto.
- E** O cumprimento da medida poderá ser continuado na cidade B, pela inclusão do menor em programa de meio aberto.

QUESTÃO 29

Com relação ao instituto da remissão, assinale a opção correta, à luz do ECA e da jurisprudência do STJ.

- A** Diante da omissão do MP quanto ao oferecimento da remissão pré-processual, deverá o juiz concedê-la, desde que presentes os requisitos legais.
- B** Caso ocorra a concessão da remissão pelo magistrado na fase jurisdicional, após o oferecimento da representação, deve o *parquet* ser ouvido após esse ato, momento em que será aberto prazo para que o MP tome as medidas que entender pertinentes.
- C** Caso discorde do *parquet* quanto à remissão pré-processual cumulada com medida socioeducativa, o magistrado poderá homologar apenas a remissão se entender ser essa a medida mais benéfica ao menor infrator.
- D** Após a realização da audiência de apresentação, o magistrado poderá conceder a remissão judicial ao menor infrator, caso entenda ser essa a medida mais benéfica para o menor.
- E** Diante da discordância do magistrado quanto à concessão da remissão pelo MP ante a gravidade dos fatos, o juiz deverá remeter os autos à promotoria para que outro promotor apresente a representação.

QUESTÃO 30

De acordo com o ECA, é atribuição dos conselhos tutelares

- A elaborar proposta orçamentária a fim de assegurar programas de atendimento aos direitos da criança e do adolescente.
- B requisitar, diretamente, serviço público na área previdenciária, com o intuito de promover a execução de suas decisões.
- C registrar ocorrência policial em defesa do interesse de menor em situação de risco por fato que constitua infração penal contra os direitos da criança e do adolescente.
- D representar, judicialmente, o interesse de menores nas ações de perda do poder familiar depois de esgotadas as possibilidades de manutenção da criança junto à família natural.
- E aplicar medida de destituição de tutela ao responsável legal dos tutelados que estejam em situação de abandono e de extremo risco.

BLOCO II**QUESTÃO 31**

Um homem, maior de idade e capaz, conduzia em seu veículo três comparsas armados com revólveres: eles pretendiam praticar um roubo. Avistaram um caminhão de cargas estacionado em um posto de gasolina e, aproveitando-se da distração do motorista, os três comparsas abordaram-no com violência e subtraíram parte da carga de computadores e notebooks. Os quatro foram presos logo em seguida e os bens foram restituídos à vítima.

Em julgamento, o homem que transportava os comparsas confessou a conduta e informou que o seu papel na empreitada criminosa era somente aguardar os comparsas e propiciar a fuga. Foi informado nos autos que o réu respondia a processo por crime de roubo, o que foi considerado como antecedente. Na sentença, ele foi condenado a nove anos e quatro meses de reclusão. Ao analisar a dosimetria da pena, o juiz considerou que a culpabilidade estava comprovada nos autos, tendo afirmado que “a conduta do réu é altamente reprovável, sua personalidade é voltada para o crime; os motivos e as circunstâncias do crime não o favoreceram; as consequências do crime revelaram-se graves e as vítimas em nada contribuíram para o seu cometimento”. Como a situação econômica do réu lhe era desfavorável, ele foi assistido pela defensoria pública.

Acerca dos fundamentos da sentença proferida na situação hipotética apresentada, assinale a opção correta, considerando a jurisprudência dos tribunais superiores.

- A O fato de o réu estar respondendo a processo por crime de roubo enseja o agravamento da pena-base.
- B A pena imposta ao réu deve ser reduzida com fundamento na participação de menor importância, dado que ele não estava armado e não participou diretamente da ação de subtração.
- C As razões apresentadas pelo juiz para analisar a dosimetria da pena são todas inidôneas para fundamentar acréscimos na pena-base.
- D A confissão do réu é uma circunstância atenuante que implica a redução da pena para menos do mínimo legal previsto para o caso em tela.
- E Em caso de crime de roubo circunstanciado, a indicação do número de majorantes basta para o aumento da pena na segunda fase da dosimetria.

QUESTÃO 32

João e Maria foram casados por cinco anos e, após o divórcio, continuaram a residir no mesmo lote, porém em casas diferentes. Certo dia, João, depois de ingerir bebidas alcoólicas, abordou Maria em um ponto de ônibus e, movido por ciúmes, iniciou uma discussão e a ameaçou de morte. Maria, ao retornar para casa à noite depois do trabalho, encontrou o ex-marido ainda embriagado; ele novamente a ameaçou de morte, acusando-a de traição. Ela foi à delegacia e registrou boletim de ocorrência acerca do acontecido, o que ensejou início de procedimento criminal contra João.

Com referência a essa situação hipotética, assinale a opção correta à luz da jurisprudência dos tribunais superiores.

- A A embriaguez voluntária de João poderá ser considerada excluyente de culpabilidade caso ele comprove que estava em estado de plena incapacidade nos momentos das ameaças.
- B A conduta de João configura crime continuado, porque ele praticou dois crimes de ameaça, com idêntica motivação e propósito, em condições semelhantes de tempo, lugar e modo de agir.
- C João não poderá ser submetido à prisão preventiva, dado que a pena máxima para o crime de ameaça é de seis meses de detenção.
- D A ameaça é um crime formal, que não exige resultado naturalístico, por isso é incabível indenização a título de danos morais a Maria.
- E Por ser a ameaça um crime de menor potencial ofensivo, João, se condenado, poderá ser beneficiado com a substituição da pena de detenção por pena restritiva de direitos.

QUESTÃO 33

A respeito dos princípios constitucionais penais e das escolas penais, assinale a opção correta.

- A Legalidade ou reserva legal, anterioridade, retroatividade da lei penal benéfica, humanidade e *in dubio pro reo* são espécies de princípios constitucionais penais explícitos.
- B O princípio da humanidade assegura o respeito à integridade física e moral do preso na medida em que motiva a vedação constitucional de pena de morte e de prisão perpétua.
- C O princípio da responsabilidade pessoal impede que os familiares do condenado sofram os efeitos da condenação de ressarcimento de dano causado pela prática do crime.
- D A posse de um único projétil de arma de fogo de uso permitido não configura crime se o agente não possuir arma que possa ser municada, de acordo com o princípio da ofensividade.
- E A Escola Clássica adotava a teoria mista, que entende a pena não apenas como retribuição ao infrator pelo mal causado, mas também como medida com finalidade preventiva.

QUESTÃO 34

Um homem, maior de idade e capaz, foi preso em flagrante por ter subtraído duas garrafas de uísque de um supermercado. A observação da ação delituosa por meio do sistema de vídeo do estabelecimento permitiu aos seguranças a detenção do homem no estacionamento e a recuperação do produto furtado. O valor do produto subtraído equivalia a pouco mais de um terço do valor do salário mínimo vigente à época. Na fase investigatória, constatou-se que o agente do delito possuía condenação transitada em julgado por fato semelhante e que respondia por outras três ações penais em curso.

Tendo como referência essa situação hipotética, assinale a opção correta, considerando a jurisprudência dos tribunais superiores.

- A** O acusado poderá ser absolvido com base no princípio da insignificância, já que o valor dos objetos subtraídos era ínfimo e estes foram integralmente restituídos ao supermercado.
- B** Em razão da existência de sistema de monitoramento de vídeo no supermercado, trata-se de crime impossível por ineficácia absoluta do meio empregado.
- C** Não houve a consumação do furto, porque o homem foi preso em flagrante logo depois de evadir-se do supermercado.
- D** A reincidência do acusado não é motivo suficiente para afastar a aplicação do princípio da insignificância.
- E** Não cabe ao caso a compensação integral da atenuante de confissão espontânea e da agravante de reincidência específica.

QUESTÃO 35

Uma jovem, de dezenove anos de idade, foi presa em flagrante em um aeroporto pela posse de uma mala contendo 20 kg de cocaína. A ré foi denunciada pelo transporte de entorpecentes nos termos da Lei n.º 6.368/1976 — antiga Lei Antitóxicos — e condenada a dois anos e dez meses de reclusão em regime integralmente fechado e ao pagamento de cinquenta dias-multa. Nos fundamentos da sentença, o juiz reconheceu as atenuantes da menoridade e da confissão espontânea para fixar a pena-base abaixo do mínimo legal. O MP apelou sob a alegação de que a pena não poderia ser inferior ao mínimo legal. O tribunal de justiça local, ao julgar o recurso na vigência da Lei n.º 11.343/2006 — atual Lei Antidrogas —, negou provimento ao recurso ministerial e, de ofício, aplicou a minorante prevista nesta legislação ao constatar que a ré era primária, tinha bons antecedentes, não se dedicava a atividades criminosas e não integrava organização dessa natureza, o que motivou a redução da pena para dois anos e quatro meses de reclusão.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta, à luz da jurisprudência dos tribunais superiores.

- A** O princípio da retroatividade da lei mais benéfica permite que aspectos da Lei Antitóxicos, como a pena mínima, sejam juntados às minorantes da Lei Antidrogas.
- B** No caso, é vedada a substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos.
- C** A quantidade e a qualidade da droga apreendida não podem ser apreciadas como circunstância judicial nem ser consideradas para a definição da fração redutora da pena na fase final da dosimetria.
- D** O tráfico de drogas sempre se caracteriza como crime hediondo, portanto ao agente dessa conduta são aplicáveis todos os rigores da Lei dos Crimes Hediondos.
- E** A quantidade de drogas apreendida permite presumir a participação ativa da ré em organização criminosa, ao contrário do entendimento do tribunal de justiça local.

QUESTÃO 36

Considerando a jurisprudência dos tribunais superiores acerca dos crimes de violência contra a mulher, assinale a opção correta.

- A** O juiz poderá fixar indenização mínima a título de dano moral, desde que haja pedido expreso da vítima ou do MP, independentemente de instrução probatória.
- B** As lesões corporais de qualquer intensidade praticadas contra a mulher em contexto de violência doméstica ou familiar configuram crime a ser processado mediante ação pública incondicionada.
- C** Ao réu por crime de lesão corporal simples em contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher é cabível a aplicação de penas restritivas de direitos em substituição à pena privativa de liberdade.
- D** O princípio da insignificância é aplicável às infrações praticadas no âmbito das relações domésticas e familiares contra a mulher.
- E** A retratação da representação da mulher vítima de violência doméstica poderá ser feita pela ofendida, por meio de simples petição subscrita pessoalmente, ou por advogado com poderes específicos.

QUESTÃO 37

Com base na jurisprudência dos tribunais superiores, julgue os itens seguintes, a respeito dos crimes contra o patrimônio e contra a propriedade imaterial.

- I** No caso de furto qualificado, não é possível o reconhecimento do privilégio da substituição da pena de reclusão pela de detenção nem a diminuição da pena de um a dois terços ou a aplicação somente da pena de multa.
- II** É possível a aplicação do princípio da insignificância no caso de crime de apropriação indébita previdenciária.
- III** Em crime de latrocínio, a ocorrência de duas mortes e de uma única subtração configura concurso formal de crimes.
- IV** A exposição à venda de CDs e DVDs pirateados, apesar de violar o direito autoral, atrai a aplicação do princípio da insignificância.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e IV.
- C** II e III.
- D** I, III e IV.
- E** II, III e IV.

QUESTÃO 38

No que tange à configuração de crimes e à dosimetria penal, assinale a opção correta.

- A** Situação hipotética: Um homem apossou-se de veículo alheio para passear e, após ter percorrido alguns quilômetros, retornou com o veículo ao local de onde o havia subtraído, sem tê-lo danificado. **Assertiva:** A referida conduta consiste em furto de uso, não sendo típica por falta do *animus furandi*.
- B** A agravante de reincidência múltipla não pode compensar plenamente a atenuante da confissão espontânea.
- C** O descumprimento de medida protetiva de urgência deferida em favor de mulher agredida configura o crime de desobediência.
- D** A Lei Antidrogas descriminalizou a conduta de porte de entorpecentes para consumo próprio.
- E** A condenação transitada em julgado pelo crime de porte de entorpecentes para consumo próprio não pode ser utilizada para aumento da pena-base por maus antecedentes ou reincidência.

QUESTÃO 39

Considerando a jurisprudência dos tribunais superiores acerca dos crimes contra a dignidade sexual, julgue os seguintes itens.

- I Ato sexual praticado por maior de idade com menor de quatorze anos de idade não configura estupro de vulnerável se tiver havido consentimento da parte menor.
- II Toques e apalpações fugazes nos seios e na genitália da vítima são atitudes insuficientes para configurar o tipo de estupro de vulnerável.
- III O trauma psicológico sofrido pela vítima de estupro de vulnerável é justificativa para a exasperação da pena-base imposta ao agente da conduta delituosa.

Assinale a opção correta.

- A** Nenhum item está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas o item III está certo.
- D** Apenas os itens I e II estão certos.
- E** Apenas os itens I e III estão certos.

QUESTÃO 40

A respeito dos crimes de trânsito, julgue os itens seguintes, à luz da jurisprudência dos tribunais superiores.

- I Confiar a direção de veículo automotor a pessoa não habilitada não configura, por si só, crime de perigo concreto, que exige a demonstração do risco efetivo à segurança viária.
- II Não é possível aplicar o princípio da consunção na hipótese de crime de embriaguez ao volante que tenha resultado em lesão corporal.
- III É admitido o princípio da consunção na hipótese de homicídio culposo no trânsito consequente do crime de embriaguez ao volante.
- IV Ao motorista profissional não se impõe a suspensão da carteira de habilitação em razão do cometimento de delito de trânsito.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e IV.
- C** II e III.
- D** I, III e IV.
- E** II, III e IV.

QUESTÃO 41

Com relação aos crimes contra a honra e às imunidades previstas na legislação constitucional e infraconstitucional, julgue os itens subsequentes.

- I Vereador não responde por ofensas pessoais proferidas em razão de discussão política dentro dos limites territoriais do seu município.
- II A imunidade processual do advogado garantida pelo Estatuto da OAB não pode afastar punição por calúnias proferidas em discussão de causa.
- III O pedido de explicações não interrompe o prazo decadencial para a propositura da ação penal nos crimes contra a honra.
- IV Ação penal por injúria praticada contra servidor público é exercida exclusivamente por intermédio do MP, mediante a representação do ofendido.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** II e IV.
- D** II, III e IV.
- E** I, III e IV.

QUESTÃO 42

A respeito da política criminal, da criminologia, da aplicação da lei penal e das funções da pena, julgue os itens subsequentes.

- I Criminologia é a ciência que estuda o crime como fenômeno social e o criminoso como agente do ato ilícito, não se restringindo à análise da norma penal e seus efeitos, mas observando principalmente as causas que levam à delinquência, com o fim de possibilitar o aperfeiçoamento dogmático do sistema penal.
- II A política criminal constitui a sistematização de estratégias, táticas e meios de controle social da criminalidade, com o propósito de sugerir e orientar reformas na legislação positivada.
- III O direito penal positivado no ordenamento penal brasileiro corrobora a teoria absoluta, porquanto consagra a ideia do caráter retributivo da sanção penal.
- IV Considera-se o lugar da prática do crime aquele onde tenha ocorrido a ação ou omissão, e não onde se tenha produzido o seu resultado.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e IV.
- C** II e III.
- D** I, III e IV.
- E** II, III e IV.

QUESTÃO 43

Julgue os itens a seguir, a respeito do inquérito policial e das disposições preliminares do Código de Processo Penal.

- I Aos processos em curso, a lei processual penal será aplicada imediatamente, mantendo-se, todavia, os atos praticados sob a égide da lei anterior.
- II Caso tome conhecimento da existência de novas provas, a autoridade policial poderá determinar o arquivamento do inquérito e proceder a novas diligências.
- III Ocorrendo o arquivamento do inquérito por falta de fundamentos para a denúncia, a autoridade policial poderá dar continuidade à investigação se tiver notícia de outras provas.
- IV A autoridade policial poderá manter o indiciado incomunicável por até cinco dias se essa medida for indispensável à investigação.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C III e IV.
- D I, II e IV.
- E II, III e IV.

QUESTÃO 44

Acerca dos princípios penais constitucionais e dos direitos fundamentais do cidadão à luz da CF, julgue os itens a seguir.

- I São princípios processuais penais expressos na CF a presunção de não culpabilidade, o devido processo legal e o direito do suspeito ou indiciado ao silêncio.
- II O direito processual penal compreende o conjunto de normas jurídicas destinadas a regular o modo, os meios e os órgãos do Estado encarregados do exercício do *jus puniendi*.
- III A CF determina que o Brasil se submeta à jurisdição do Tribunal Penal Internacional, porém veda absolutamente a entrega de brasileiro naturalizado a jurisdição estrangeira.
- IV De acordo com o princípio da irretroatividade da lei processual penal, a regra nova não pode retroagir, mesmo quando eventualmente beneficiar o réu.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e IV.
- C II e III.
- D I, III e IV.
- E II, III e IV.

QUESTÃO 45

Considerando a jurisprudência dos tribunais superiores acerca do processo penal, da execução penal e dos juizados especiais criminais, assinale a opção correta.

- A O prazo para o MP recorrer de decisão judicial desfavorável aos seus interesses inicia-se a partir da entrega dos autos na repartição administrativa do próprio ministério.
- B Não se opera a preclusão para a reclamação contra ato judicial que afronte decisão do STF.
- C O magistrado poderá deixar de encaminhar ao STF agravo de instrumento contra decisão que não admita recurso extraordinário no âmbito dos juizados especiais criminais.
- D É admissível a suspensão condicional do processo na continuidade delitiva independentemente da quantidade de tempo de pena cominada.
- E A progressão de regime de cumprimento de pena só poderá ser efetivada depois do trânsito em julgado da sentença condenatória.

QUESTÃO 46

Considerando a jurisprudência dos tribunais superiores com relação ao processo penal e às nulidades processuais, assinale a opção correta.

- A É desnecessária a oitiva da defesa para o desaforamento de processo em julgamento pelo tribunal do júri, quando tal ato for recomendado em razão das graves repercussões sociais do processo.
- B As condições genéricas da ação penal são a possibilidade jurídica do pedido, o interesse de agir e a legitimidade da parte.
- C Admite-se a extinção antecipada da punibilidade do réu sob a justificativa de que a pena que seria aplicada levaria inexoravelmente à prescrição da pretensão punitiva.
- D É nula a oitiva de testemunhas por carta precatória sem a presença do réu, mesmo que este, devidamente intimado, não tenha requerido o seu comparecimento.
- E A liberdade provisória não pode ser concedida a acusados de tráfico de entorpecentes.

QUESTÃO 47

Considerando a doutrina e a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta, acerca da ação civil *ex delicto*, da competência, da jurisdição e dos processos incidentes.

- A A sentença que concede o perdão judicial depois de reconhecida a culpa do réu enseja reparação civil *ex delicto*.
- B A sentença absolutória do juízo criminal que declare a inexistência do fato ou que o réu não tenha concorrido para o crime faz coisa julgada no juízo cível, obstando a reparação civil *ex delicto*.
- C A distinção entre competência absoluta, que é improrrogável, e competência relativa, que é prorrogável, decorre de expressa disposição legal.
- D As exceções de suspeição, de ilegitimidade da parte e de incompetência do juízo são exemplos de exceções peremptórias que ocasionam a extinção do processo.
- E No processo penal, somente os juízes e os promotores de justiça poderão ser alvo de impugnações de atuação por meio de exceção de suspeição.

QUESTÃO 48

Acerca das questões probatórias e das nulidades processuais penais, assinale a opção correta, à luz da doutrina e da jurisprudência dos tribunais superiores.

- Ⓐ Na coleta de prova testemunhal, a inquirição das testemunhas pelo juiz antes da diligência das perguntas formuladas pelas partes acarreta nulidade processual absoluta.
- Ⓑ A prova pericial, pelo seu conteúdo técnico-científico, prevalece sobre as demais provas apresentadas no âmbito da ação penal.
- Ⓒ O exame do corpo de delito incide sobre os elementos constitutivos da materialidade do crime, de forma que deve ser afastada majorante de uso de arma de fogo em crime de roubo se o artefato não tiver sido apreendido e periciado.
- Ⓓ No âmbito do tribunal do júri, a alegação de nulidade na quesitação deve ocorrer logo em seguida à leitura dos quesitos e à explicação dos critérios pelo juiz presidente do órgão, sob pena de preclusão.
- Ⓔ A falta de advertência ao réu sobre o direito de permanecer em silêncio durante o interrogatório policial é causa de nulidade processual absoluta.

QUESTÃO 49

Em relação aos direitos das partes diante da determinação da prova pericial, julgue os itens a seguir.

- I O juiz não poderá negar pedido de realização de perícia requerido oportunamente pela defesa do réu.
- II A perícia do DNA de suspeito coletado de utensílios usados ou descartados por ele é ilícita se não tiver havido o assentimento dele.
- III Em até dez dias do início da perícia, as partes podem apresentar quesitos a ser respondidos pelos peritos.
- IV As partes têm direito de requerer nova perícia ou a sua complementação, desde que o façam dentro do prazo marcado pelo juiz.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I e II.
- Ⓑ I e III.
- Ⓒ III e IV.
- Ⓓ I, II e IV.
- Ⓔ II, III e IV.

QUESTÃO 50

A interposição de recurso em sentido estrito é cabível

- Ⓐ contra decisão que receber a denúncia ou a queixa ou afirmar a incompetência do juízo.
- Ⓑ contra decisão do tribunal do júri quando ocorrer nulidade posterior à pronúncia.
- Ⓒ apenas nas hipóteses taxativamente enunciadas na lei processual penal e, excepcionalmente, em leis especiais.
- Ⓓ nas hipóteses de absolvição sumária do réu.
- Ⓔ contra decisão que julgar procedentes as exceções, salvo a de litispendência.

QUESTÃO 51

A respeito da teoria geral dos recursos e dos recursos penais em geral, assinale a opção correta.

- Ⓐ O princípio da unirrecorribilidade, singularidade ou unicidade prevê que a cada decisão judicial caberá apenas um único recurso.
- Ⓑ No âmbito do STF, os embargos de declaração com caráter infringente opostos a decisão do relator não podem ser convertidos em agravo regimental com base no princípio da fungibilidade.
- Ⓒ O princípio do *non reformatio in pejus* não impede que o tribunal corrija a dosimetria da pena caso seja interposto exclusivamente recurso da defesa, sendo possível elevar a pena se constatado erro material na sua aplicação.
- Ⓓ Anulada a sentença condenatória proferida pelo tribunal do júri após apreciação do recurso cabível, o segundo julgamento não se vinculará ao primeiro, de sorte que a pena poderá ser eventualmente maior que a primeiramente fixada.
- Ⓔ Nas decisões judiciais no âmbito penal, a fundamentação exclusivamente na modalidade *per relationem* não é admitida, porque enseja nulidade processual.

QUESTÃO 52

O *habeas corpus*

- Ⓐ abrange, na atualidade, qualquer ato constritivo à liberdade, direta ou indiretamente, mesmo que não envolva a decretação da prisão.
- Ⓑ não pode ser concedido contra decisão do tribunal do júri transitada em julgado.
- Ⓒ não pode analisar questões extremamente complexas, especialmente porque seu procedimento é sumário e de cognição limitada.
- Ⓓ não é cabível nas hipóteses de punição disciplinar aplicada a militar, de acordo com os tribunais superiores.
- Ⓔ é cabível contra qualquer sentença penal condenatória, inclusive aquelas que fixem somente a pena de multa.

QUESTÃO 53

A respeito da prisão, da liberdade provisória e das medidas cautelares, assinale a opção correta.

- Ⓐ Impedir a entrada da polícia, à noite, em domicílio configura exercício regular de direito, mesmo que o objetivo da autoridade seja cumprir mandado de prisão de procurado que esteja escondido no local.
- Ⓑ A utilização de algemas é admissível em todos os casos de prisão em flagrante pelo cometimento de crime com violência a pessoa.
- Ⓒ O cumprimento do mandado de prisão em comarca diversa daquela onde fora decretado só poderá ser feito por meio de carta precatória.
- Ⓓ A prisão especial deferida a delegado de polícia só garante condições diferenciadas de encarceramento enquanto não transitar em julgado a sentença condenatória definitiva.
- Ⓔ A realização de recorrentes ameaças a testemunhas por réu acusado de crime grave é motivo para a decretação de prisão provisória.

QUESTÃO 54

A respeito dos sujeitos do processo penal, assinale a opção correta.

- A** Os advogados podem ser considerados pessoalmente sujeitos da relação jurídico-processual.
- B** Nas questões relativas à fiança, o terceiro prejudicado e o fiador do réu não podem assumir a condição de sujeitos ou partes secundárias na relação processual penal.
- C** Na excepcional situação da ação pública movida pelo ofendido — ação penal privada subsidiária da pública —, não há intervenção do MP.
- D** As causas de impedimento e de suspeição do juiz estendem-se aos membros do MP.
- E** As pessoas jurídicas, por não praticarem ações físicas intencionais, não podem figurar no polo passivo da relação processual penal.

QUESTÃO 55

No sentido moderno, o conceito de Constituição articula fundamentalmente a limitação de poder do Estado e a garantia de direitos dos cidadãos em textos dotados de supremacia que diferenciam normas de caráter formal das de caráter material. O conceito contemporâneo de Constituição, por sua vez, contempla aspectos diversos àqueles. Com relação a esses aspectos, assinale a opção correta.

- A** Constituição compromissória é o pacto político-jurídico celebrado pelo poder constituinte que não incorpora limites ao poder de reforma.
- B** Constituição plástica é aquela definida pelos fatores reais presentes nas disputas de poder na sociedade.
- C** Constituição unitextual consagra, em um único documento, emendas à Constituição, embora admita a existência de leis com valor normativo igual ao da Constituição.
- D** Constituição subconstitucional admite a constitucionalização de temas excessivos e o alçamento de detalhes e interesses momentâneos ao patamar constitucional.
- E** Constituição processual é aquela que define um programa e estabelece parâmetros para gerir a atividade estatal.

QUESTÃO 56

A interpretação conforme a Constituição

- A** é um tipo de situação constitucional imperfeita, pois somente atenua a declaração de nulidade em caso de inconstitucionalidade.
- B** é admitida para ajustar o sentido do texto legal com a Constituição, ainda que o procedimento resulte em regra nova e distinta do objetivo do legislador.
- C** é um método cabível mesmo em se tratando de texto normativo inconstitucional que apresenta sentido unívoco.
- D** é incompatível com a manutenção de atos jurídicos produzidos com base em lei inconstitucional.
- E** é fixada por decisão do STF, mas não se reveste do efeito vinculante próprio das decisões declaratórias de inconstitucionalidade.

QUESTÃO 57

A preocupação com a implementação de dispositivos constitucionais e, em particular, de suas promessas sociais, não é central. As controvérsias constitucionais são decididas com base nos códigos da política e conforme conflitos de interesse. Nessa luta, acabam preponderando os interesses dos grupos mais poderosos, dos denominados “sobrecidadãos”, que conseguem utilizar a Constituição e o Estado em geral como instrumento para satisfazer seus interesses. A juridicidade da Constituição fica comprometida pela corrupção da normatividade jurídica igualitária e impessoal, conforme o binômio legal-ilegal. As controvérsias constitucionais são decididas com base no código do poder.

S. Lunardi & D. Dimoulis. **Resiliência constitucional**: compromisso maximizador, consensualismo político e desenvolvimento gradual. São Paulo: Direito GV, 2013, p. 15 (com adaptações).

A concepção de Constituição a respeito da qual o texto precedente discorre denomina-se

- A** neoconstitucionalismo.
- B** Constituição chapa-branca.
- C** Constituição ubíqua.
- D** Constituição liberal-patrimonialista.
- E** Constituição simbólica.

QUESTÃO 58

De acordo com a doutrina e a jurisprudência dos tribunais superiores acerca da eficácia horizontal dos direitos fundamentais, assinale a opção correta.

- A** Síndico de condomínio não está obrigado a oportunizar o direito de defesa a morador para o qual aplicará multa por comportamento antissocial.
- B** As relações especiais de sujeição a que estão vinculados os militares justificam a restrição da possibilidade de crítica pública veiculada por associação de praças do exército.
- C** A exclusão de sócio de associação privada sem fins lucrativos independe do contraditório e da ampla defesa, desde que haja previsão estatutária.
- D** O efeito horizontal indireto obriga o Poder Judiciário a observar a normatividade dos direitos fundamentais ao decidir conflitos interindividuais.
- E** A eficácia horizontal imediata impõe a igualdade de tratamento dos direitos fundamentais entre particulares, tal como ocorre nas relações entre indivíduos e o Estado.

QUESTÃO 59

Com relação à disciplina constitucional acerca do pacto federativo e da repartição de competências entre as entidades federadas, assinale a opção correta, com base na jurisprudência do STF.

- A** A previsão, em lei estadual, de proibição de revista íntima em empregados de estabelecimentos comerciais é constitucional.
- B** A inscrição de estado-membro em cadastro de inadimplência da União em sede de convênio não implica conflito federativo.
- C** Lei estadual que reproduza o conteúdo de lei federal sobre licitações e contratos não ofenderá a competência privativa da União de legislar sobre o assunto.
- D** Lei estadual que obrigue prestadoras do serviço de Internet móvel a apresentar a velocidade média da conexão na fatura mensal é constitucional.
- E** Lei federal que fixe piso remuneratório nacional para professores da educação básica é inconstitucional, por ser competência comum proporcionar meios de acesso à educação.

QUESTÃO 60

Considerando o entendimento do STF acerca dos modelos, dos instrumentos e dos efeitos das decisões no controle de constitucionalidade, assinale a opção correta.

- A** Apenas no controle abstrato o STF admite a modulação dos efeitos temporais da declaração de inconstitucionalidade.
- B** Embora seja ação típica do modelo concentrado, a arguição de descumprimento de preceito fundamental se presta, entre outros fins, ao controle concreto de constitucionalidade.
- C** O STF admite a intervenção do *amicus curiae* na edição *ex officio* dos enunciados de súmula vinculante.
- D** A admissão de reclamação constitucional ajuizada contra omissão do poder público que contrarie súmula vinculante independe do esgotamento da via administrativa.
- E** O STF entende ser incabível a realização de audiência pública antes do julgamento de recurso extraordinário, por ser mecanismo típico do controle abstrato.

QUESTÃO 61

Acerca do direito constitucional à saúde e à seguridade social, assinale a opção correta, segundo entendimento doutrinário e jurisprudencial.

- A** A seguridade social compreende saúde, previdência e assistência social, todas prestadas independentemente de contribuição dos usuários.
- B** De acordo com o STF, desde que seguidos os padrões regulamentados pela ANVISA, não é proibido o uso industrial e comercial do amianto.
- C** Os objetivos da seguridade social não incluem equidade dos benefícios entre as populações urbana e rural.
- D** De acordo com o STF, não ofende a CF a internação hospitalar em acomodações superiores, no âmbito do SUS, mediante pagamento da diferença de valor correspondente.
- E** O polo passivo de ações que versem sobre responsabilidade nos tratamentos médicos pode ser ocupado por qualquer dos entes federados.

QUESTÃO 62

A respeito da organização, das funções e das decisões do CNJ, assinale a opção correta.

- A** Cabe ao CNJ zelar pela legalidade dos atos administrativos do Poder Judiciário, o que exclui a competência do TCU para fiscalizá-los.
- B** Compete aos juízes estaduais e federais o julgamento de ações ordinárias ajuizadas contra decisões do CNJ.
- C** Segundo o STF, pode o CNJ realizar controle de constitucionalidade de lei ou ato normativo, desde que no exame de ato concreto e no exercício de sua competência.
- D** O prévio ajuizamento de ação que questione ato de concurso público para a magistratura não impede o conhecimento de pedido de providências sobre o tema pelo CNJ.
- E** É concorrente a competência da corregedoria do CNJ para o exercício do poder correicional e disciplinar.

QUESTÃO 63

O prefeito de determinado município recebeu recursos da União para ampliar o acesso ao ensino fundamental e valorizar o magistério das escolas municipais por meio de ações de capacitação. Contudo, ultrapassado o prazo fixado no cronograma de aplicação dos recursos, verificou-se que as atividades planejadas não haviam sido executadas e que a verba transferida pela União havia sido utilizada no fundo de campanha eleitoral do vereador que era filho do referido prefeito.

Conforme entendimento do STF acerca do regime constitucional da responsabilidade do chefe do Poder Executivo, o julgamento do crime praticado pelo prefeito compete ao

- A** tribunal de justiça, por se tratar de crime comum contra bens e interesses do município.
- B** respectivo tribunal regional federal, já que a aplicação do recurso desviado está sujeita à fiscalização do TCU.
- C** juiz de direito da comarca local investido da jurisdição eleitoral, pois se trata de crime conexo com o abuso de poder econômico no processo eleitoral.
- D** juízo federal de primeiro grau, em virtude da origem federal dos recursos desviados.
- E** tribunal regional eleitoral local, em virtude da conexão entre as condutas e da prerrogativa de foro do prefeito.

QUESTÃO 64

A respeito das competências das CPI e do controle jurisdicional, assinale a opção correta, segundo o entendimento doutrinário e a jurisprudência do STF.

- A** A CPI tem poder para requisitar de operadoras de telefonia acesso a informações que estejam sob sigilo de justiça em processo judicial.
- B** Eventual decretação da quebra de sigilo telefônico por CPI está isenta de posterior controle judicial.
- C** Concluídos os trabalhos, a CPI poderá encaminhar o seu relatório circunstanciado à autoridade policial.
- D** O fornecimento de informações resguardadas sob sigilo bancário independe de aprovação pelo plenário da CPI.
- E** Busca e apreensão domiciliar podem ser determinadas pela CPI, independentemente de ordem judicial.

QUESTÃO 65

Acerca do mandado de segurança relativamente à tutela de interesses individuais, difusos e coletivos, assinale a opção correta.

- A** O exercício do direito de petição e o pedido de reconsideração interrompem o prazo para a impetração do mandado de segurança.
- B** Salvo nos procedimentos regulados pela lei dos juizados especiais, não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso.
- C** É cabível mandado de segurança para arguição de inconstitucionalidade de veto presidencial.
- D** Não cabe mandado de segurança contra decretos do Poder Executivo, salvo aqueles que sejam materialmente atos administrativos.
- E** O parlamentar tem legitimidade ativa para impetrar mandado de segurança em defesa de prerrogativa do Congresso Nacional.

QUESTÃO 66

As juntas eleitorais são

- A competentes para decidir *habeas corpus* em matéria eleitoral.
- B competentes para decidir mandado de segurança em matéria eleitoral.
- C órgãos de primeiro grau de jurisdição da justiça eleitoral, sendo seu presidente o único membro com garantia de inamovibilidade.
- D órgãos de primeiro grau de jurisdição da justiça eleitoral, compostos por três ou cinco membros, sendo um deles, o presidente, um juiz de direito.
- E competentes para expedir diploma aos eleitos para cargos municipais e estaduais.

QUESTÃO 67

No âmbito da justiça eleitoral, ação de impugnação de mandato eletivo de governador de estado obtido mediante corrupção eleitoral

- A pode ser ajuizada por qualquer eleitor do respectivo estado.
- B deve ser ajuizada dentro do prazo prescricional de quinze dias, contados da diplomação do governador.
- C gera litisconsórcio passivo com o vice-governador, caso tenham sido eleitos por chapa única.
- D tem natureza de ação civil-eleitoral constitucional, devendo, portanto, seguir o procedimento comum ordinário do CPC.
- E deverá tramitar em segredo de justiça e o seu julgamento será sigiloso.

QUESTÃO 68

O registro de estatuto de partido político junto ao TSE será autorizado

- A por ato de natureza jurisdicional da corte sujeito a recurso extraordinário.
- B por ato materialmente administrativo que lhe atribua personalidade jurídica.
- C se, entre outros requisitos, o requerimento estiver instruído com o inteiro teor do programa e do estatuto partidários, ambos inscritos no registro civil das pessoas jurídicas.
- D se, entre outros requisitos, o requerimento estiver instruído com certidão de inteiro teor do registro partidário expedida pelo cartório de registro civil das pessoas jurídicas da capital do estado sede do partido.
- E se preenchidos os requisitos legais, independentemente de comprovação de apoio mínimo de eleitores.

QUESTÃO 69

A apelação criminal eleitoral deverá ser

- A recebida exclusivamente no efeito devolutivo.
- B recebida no efeito suspensivo quando interposta contra sentença condenatória.
- C recebida no efeito suspensivo quando a sentença for absolutória e o réu estiver preso preventivamente.
- D interposta no juízo *a quo* no prazo de três dias, contados da publicação da sentença.
- E interposta diretamente no TRE, com comunicação ao juízo *a quo* no prazo de cinco dias, contados da publicação da sentença.

QUESTÃO 70

É correto afirmar que a inelegibilidade

- A alcança aqueles que não estejam filiados a partido político há, pelo menos, um ano antes da eleição.
- B de candidato a presidente da República se estende ao candidato a vice-presidente da República.
- C pode ser reconhecida de ofício pela justiça eleitoral nos processos de registro de candidatura.
- D obsta temporariamente a capacidade eleitoral ativa dos candidatos.
- E abrange, por força constitucional, os analfabetos, os semianalfabetos, os conscritos e os estrangeiros.

BLOCO III**QUESTÃO 71**

Determinada sociedade limitada que decretou falência era composta por seis sócios: o sócio A, único administrador, possuía 50% das quotas; cada um dos demais sócios possuía 10% das quotas.

Com relação ao efeito da decretação da falência nesse caso, assinale a opção correta.

- A Caso os seis sócios detenham participações em outras sociedades, nenhum deles poderá continuar com essas participações enquanto não reabilitados.
- B Se o capital social não estiver integralizado, caberá ação de integralização, que gerará responsabilidade solidária dos sócios inadimplentes pelas obrigações sociais da falida.
- C Se o capital social estiver integralizado, apenas o sócio A responderá pelas obrigações civis da falida, subsidiariamente.
- D Entre os sócios, somente o A, o administrador, se submete às obrigações processuais impostas à falida pela Lei de Falências e Recuperação de Empresas.
- E O sócio A sofrerá inabilitação empresarial, porque, entre todos os sócios, é ele que detém a maior participação societária.

QUESTÃO 72

As sociedades limitadas regem-se

- A pelas normas da sociedade simples, supletivamente, desde que assim esteja estipulado no contrato social.
- B pelas normas da sociedade anônima, supletivamente, na hipótese de silêncio do contrato social.
- C pelas regras da sociedade anônima quanto à forma de constituição e dissolução, se assim estiver estipulado no contrato social.
- D pelas normas do Código Civil quanto à forma de constituição e dissolução.
- E pelas normas da sociedade anônima, supletivamente, o que permite mais facilmente a retirada imotivada do sócio.

QUESTÃO 73

Na hipótese de um cheque ser apresentado ao sacado fora do prazo legal de apresentação, ainda é cabível ação executiva contra

- A** o emitente e seus avalistas, desde que haja protesto e seja observado o prazo prescricional.
- B** os endossantes e seus avalistas, dentro do prazo prescricional, desde que haja protesto.
- C** os endossantes e seus avalistas, independentemente de protesto, desde que observado o prazo prescricional.
- D** o emitente e seus avalistas, desde que observado o prazo prescricional de seis meses para o seu ajuizamento, contados do término do prazo de apresentação.
- E** o emitente e seus avalistas, desde que observado o prazo prescricional de dois anos para o seu ajuizamento, contados do término do prazo de apresentação.

QUESTÃO 74

Marca notoriamente conhecida em seu ramo de atividade goza de proteção

- A** do direito industrial brasileiro, desde que registrada no INPI.
- B** exclusivamente em seu ramo de atuação, independentemente de estar previamente depositada ou registrada no Brasil.
- C** para preservar seu titular de usurpação, não sendo relevante nessa seara a proteção ao consumidor.
- D** em todos os ramos possíveis de atuação, sendo definida em lei como marca de alto renome registrada no Brasil.
- E** em todos os ramos da indústria, independentemente de registro no Brasil.

QUESTÃO 75

Com relação ao contrato de depósito bancário, assinale a opção correta.

- A** A instituição financeira possui a custódia dos valores depositados.
- B** No contrato de depósito bancário, há operação bancária típica e ativa das instituições financeiras.
- C** A obrigação do sigilo bancário e as regras do CDC incidem, necessariamente, no contrato de depósito bancário.
- D** Uma das partes é necessariamente uma sociedade anônima cujo funcionamento deve ser autorizado pelo Banco Central.
- E** A entrega do dinheiro não é necessária para o aperfeiçoamento do contrato de depósito bancário.

QUESTÃO 76

Segundo a CF, a isenção do ICMS, salvo previsão legal específica,

- A** implicará crédito, que será compensado em operações posteriores nas situações em que o imposto seja cumulativo.
- B** acarretará a anulação do crédito relativo às operações anteriores e não implicará crédito para compensação com o montante devido nas operações seguintes.
- C** não implicará crédito a ser compensado nas operações anteriores nem nas posteriores, salvo se o contribuinte optar pelo sistema de não cumulatividade.
- D** será aplicada apenas nas situações em que o imposto for cumulativo, mas será vedada a compensação em relação ao imposto cobrado nas operações anteriores.
- E** acarretará crédito a ser compensado nas operações seguintes, desde que o contribuinte recolha o tributo com base no lucro real.

QUESTÃO 77

No direito tributário, obrigação tributária principal e obrigação tributária acessória são de naturezas distintas. Nesse sentido, assinale a opção correta.

- A** A obrigação principal refere-se apenas ao contribuinte; a obrigação acessória, ao responsável tributário.
- B** A obrigação principal decorre da legislação tributária; a obrigação acessória, de ato administrativo concreto.
- C** A obrigação principal é pessoal e intransferível; a obrigação acessória pode ser transferida para terceiros.
- D** A obrigação principal é de natureza patrimonial; a obrigação acessória, de natureza não patrimonial.
- E** A obrigação principal tem por objeto o pagamento de um tributo; a obrigação acessória, o pagamento de uma penalidade.

QUESTÃO 78

De acordo com o CTN, as hipóteses de exclusão do crédito tributário incluem

- A** a isenção e a anistia.
- B** o pagamento e a compensação.
- C** a prescrição e a decadência.
- D** a moratória e o parcelamento.
- E** a remissão e o depósito do montante integral.

QUESTÃO 79

O governador de determinado estado da Federação pretende conceder isenção tributária de caráter não geral por meio de projeto de lei. A proposta de legislação contém a demonstração de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária do respectivo estado, na forma da lei de diretrizes orçamentárias.

Nessa situação hipotética, considerando que a Lei de Responsabilidade Fiscal e os demais requisitos legais tenham sido observados no projeto governamental, uma das medidas exigíveis é que o projeto

- A** contenha declaração do ordenador da despesa de que a isenção tem adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com o plano plurianual.
- B** esteja necessariamente acompanhado de medidas de compensação referentes somente ao exercício em que deva ser iniciada a sua vigência.
- C** demonstre que a isenção não afetará as metas de resultado fiscal previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias.
- D** comprove que a isenção não implicará tratamento tributário diferenciado.
- E** mostre que a queda de arrecadação será compensada com o aumento permanente da receita ou com a redução contínua da despesa.

QUESTÃO 80

Considerando as disposições da Lei n.º 8.397/1992 acerca de medida cautelar fiscal, assinale a opção correta.

- A** Na hipótese de o devedor ser pessoa jurídica, a indisponibilidade de bens não recairá sobre bens do ativo permanente.
- B** A petição inicial deverá vir acompanhada de prova pré-constituída, sendo inadmissível a dilação probatória.
- C** Havendo a suspensão do crédito tributário, a medida cautelar será igualmente suspensa.
- D** No procedimento cautelar fiscal, é vedado ao réu discutir o pagamento ou a remissão do tributo, devendo essas questões ser apresentadas nos embargos à execução fiscal.
- E** A decretação de medida cautelar fiscal acarretará a indisponibilidade dos bens do requerido até o limite da satisfação da obrigação tributária.

QUESTÃO 81

Com relação ao SNMA, ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e ao zoneamento ambiental, assinale a opção correta.

- A** Uma vez que possuem representação no CONAMA, os estados, no âmbito do SNMA, não têm competência para legislar sobre normas relacionadas ao meio ambiente e devem se ater às estabelecidas pelo CONAMA.
- B** O IBAMA e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade são órgãos que têm por finalidade executar e fazer executar a política e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente.
- C** As unidades de proteção integral visam à manutenção dos ecossistemas e dos habitats naturais livres de alterações causadas por interferência humana, sendo vedado o uso direto ou indireto dos seus atributos naturais.
- D** O zoneamento ecológico-econômico é o instrumento de organização do espaço urbano, obrigatório na implantação de obras e atividades públicas, por meio do qual a cidade é dividida em áreas sobre as quais incidem diretrizes para uso e ocupação do solo.
- E** Um parque nacional pode ser constituído por áreas particulares, caso em que a utilização da terra pelos proprietários deve ser compatibilizada com os recursos naturais da unidade.

QUESTÃO 82

Com relação às infrações ambientais e às sanções decorrentes de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, assinale a opção correta.

- A** Indivíduo que comete, simultaneamente, duas ou mais infrações administrativas ambientais se sujeita às sanções previstas para cada infração, de forma cumulativa.
- B** O abate de animal que exerce ação predatória sobre lavouras, pomares e rebanhos é considerado crime, mesmo que a finalidade do abate seja a proteção dessas propriedades.
- C** A responsabilidade concernente a infração ambiental cometida em razão de decisão de órgão colegiado de pessoa jurídica recairá sobre a própria pessoa jurídica, com consequente exclusão da responsabilidade de pessoas físicas coautoras ou partícipes do mesmo fato.
- D** O pagamento de multa aplicada por determinado estado ou município não exime o condenado da obrigação de pagamento de multa federal relativa à mesma hipótese de incidência.
- E** Na aplicação de penalidades, a autoridade competente deverá considerar que as penas privativas de liberdade são insubstituíveis e que as restritivas de direitos são autônomas.

QUESTÃO 83

Considerando a disciplina constitucional sobre proteção e repartição de competências em matéria ambiental, assinale a opção correta.

- A** A competência para legislar sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente pertence, privativamente, à União.
- B** A alteração e a supressão de espaços territoriais devem ser feitas por ato administrativo dos órgãos da administração pública responsáveis pela gestão e pelo controle das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
- C** O combate a qualquer forma de poluição faz parte da competência administrativa comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- D** A localização de usina que irá operar com reator nuclear deve ser aprovada pelo Poder Executivo do estado onde será instalada, de acordo com os ditames estabelecidos por lei estadual.
- E** A defesa do meio ambiente é princípio que rege a ordem econômica, sendo vedado tratamento diferenciado quanto ao impacto ambiental de produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.

QUESTÃO 84

Com relação ao estudo de impacto ambiental, à biodiversidade e ao licenciamento ambiental, assinale a opção correta.

- A** Apenas empreendimentos com área superior a cinquenta hectares estão obrigados a apresentar estudo prévio de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental.
- B** No que se refere ao licenciamento ambiental, compete aos municípios aprovar o manejo e a supressão de vegetação e de florestas em imóveis rurais.
- C** Atividades que envolvam organismos geneticamente modificados e aquelas relacionadas à manipulação de organismos vivos só podem ser desenvolvidas por entidades de direito público.
- D** Depende de prévio licenciamento ambiental a ampliação de estabelecimentos que utilizam recursos ambientais efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes de causar degradação ambiental.
- E** É permitido a pessoas físicas desenvolver, de forma autônoma e independente, atividade relacionada ao cultivo e à produção de organismo geneticamente modificado, desde que mantenham vínculo empregatício com pessoas jurídicas que manipulem tais organismos.

QUESTÃO 85

Com base no Código Florestal — Lei n.º 12.651/2012 —, assinale a opção correta.

- A** Para que uma área protegida seja considerada área de preservação permanente é necessário que ela seja totalmente coberta de vegetação nativa e que esteja localizada no interior de uma propriedade ou de uma posse rural.
- B** A exploração econômica de recursos naturais em área de reserva legal é expressamente proibida.
- C** Os projetos de reforma agrária não estão contemplados no conceito de pequena propriedade rural familiar, caracterizada pela exploração da terra mediante o trabalho pessoal do agricultor familiar.
- D** Todo imóvel rural localizado na Amazônia Legal deve manter área correspondente a 80% da extensão total do imóvel, com cobertura de vegetação nativa, a título de reserva legal.
- E** Uma área coberta de florestas e que exerce a função de proteger várzeas pode ser considerada de preservação permanente se declarada de interesse social por ato do chefe do Poder Executivo.

QUESTÃO 86

Considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial acerca dos princípios constitucionais e infraconstitucionais que regem a atividade administrativa, julgue os itens a seguir.

- I** Em obediência ao princípio da legalidade, a vedação à prática do nepotismo no âmbito da administração pública é condicionada à edição de lei formal.
- II** A publicidade é condição de eficácia dos atos administrativos, razão pela qual pode caracterizar prática de ato de improbidade administrativa a desobediência ao dever de publicação de atos oficiais.
- III** Viola o princípio da isonomia a previsão de critérios discriminatórios de idade em certame de concursos públicos, ressalvados os casos em que a natureza das atribuições do cargo justificar.
- IV** O princípio da proteção da confiança legítima não autoriza a manutenção em cargo público de servidor público empossado por força de decisão judicial de caráter provisório posteriormente revista, ainda que decorridos mais de cinco anos da investidura no cargo.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** III e IV.
- D** I, II e IV.
- E** II, III e IV.

QUESTÃO 87

À luz da Lei n.º 9.784/1999, assinale a opção correta com relação à competência administrativa e à relação hierárquica existente no âmbito da administração pública.

- A** A competência administrativa pode ser renunciada em hipótese de acordo entre os órgãos públicos envolvidos.
- B** A relação de subordinação hierárquica entre os órgãos públicos envolvidos é condição imprescindível para a delegação da competência administrativa.
- C** A delegação de competência de órgãos colegiados é possível, desde que não se trate de matéria de competência exclusiva, de decisão de recursos administrativos ou de edição de atos de caráter normativo.
- D** O ato de delegação retira a competência da autoridade delegante e confere competência exclusiva ao órgão delegado.
- E** A avocação temporária de competência é permitida, em caráter excepcional e por motivos justificados, entre órgãos da administração pública, independentemente da relação hierárquica estabelecida entre eles.

QUESTÃO 88

Relativamente às entidades da administração pública indireta, assinale a opção correta.

- A** Autarquias e fundações públicas podem receber, por meio de lei específica, a qualificação de agência executiva, para garantir o exercício de suas atividades com maior eficiência e operacionalidade.
- B** São traços distintivos do regime jurídico especial das agências reguladoras: a investidura especial de seus dirigentes; o mandato por prazo determinado; e o período de quarentena após o término do mandato diretivo.
- C** A instituição de fundação pública de direito público, diferentemente das autarquias, cuja criação se dá por meio de edição de lei, exige, além de previsão legal, a inscrição de seu ato constitutivo junto ao registro civil das pessoas jurídicas.
- D** Embora seja reconhecida a natureza autárquica dos conselhos de classe, em razão da natureza privada dos recursos que lhes são destinados, essas entidades não se submetem ao controle externo exercido pelo TCU.
- E** As empresas públicas e as sociedades de economia mista poderão ser constituídas sob qualquer forma empresarial admitida em direito, ressalvando-se, em relação às empresas públicas, a obrigatoriedade de que o capital social seja exclusivamente público.

QUESTÃO 89

José, servidor público do estado do Ceará, por preencher os requisitos legais, requereu a concessão de sua aposentadoria por tempo de serviço, o que foi deferido pelo respectivo órgão público no qual era lotado. Após mais de cinco anos do ato concessivo, o Tribunal de Contas do Estado do Ceará julgou ilegal aquele ato, em procedimento no qual José não havia sido intimado a se manifestar.

Considerando o entendimento do STF acerca do ato concessivo de aposentadoria, o tribunal de contas estadual, na situação hipotética apresentada, agiu

- A** corretamente, pois se trata de ato administrativo complexo, o qual somente se aperfeiçoa pelo exame de legalidade do tribunal de contas, não havendo necessidade, portanto, de prévia intimação de José.
- B** incorretamente, pois, em que pese se tratar de ato administrativo complexo, transcorrido o prazo decadencial de cinco anos sem a apreciação da legalidade do ato pelo tribunal de contas, eventual ilegalidade existente deveria ser convalidada.
- C** incorretamente, pois, em que pese se tratar de ato administrativo complexo, transcorrido lapso temporal superior a cinco anos, em nome da segurança jurídica, deveria José ter sido previamente intimado a se manifestar.
- D** incorretamente, pois se trata de ato administrativo simples e, salvo comprovação de má-fé, o prazo decadencial de cinco anos para anulação de eventual ilegalidade existente já havia se operado.
- E** corretamente, pois se trata de ato administrativo simples e a autotutela administrativa autoriza o tribunal de contas a apreciar a legalidade do ato concessivo de aposentadoria a qualquer tempo.

QUESTÃO 90

Com relação aos princípios que regem os processos administrativos, assinale a opção correta.

- A** Conforme o princípio do formalismo moderado, os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada, salvo por exigência legal.
- B** O princípio da ampla defesa impõe a participação de advogado em todas as fases do procedimento administrativo disciplinar.
- C** Por força do princípio da verdade material, admite-se a utilização, em processo administrativo, de provas obtidas por meio ilícito, desde que produzidas de boa-fé.
- D** A exigência de depósito de valores como condição de admissibilidade de recurso administrativo não viola o princípio da pluralidade de instâncias.
- E** A adoção da chamada fundamentação *per relationem* em atos administrativos viola o princípio da motivação.

QUESTÃO 91

A modalidade licitatória restrita aos interessados devidamente cadastrados ou que atendam a todas as condições exigidas no cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas é denominada

- A** convite.
- B** tomada de preços.
- C** concorrência.
- D** pregão.
- E** registro de preços.

QUESTÃO 92

Conforme entendimento jurisprudencial do STJ, a limitação administrativa sobre determinado bem constitui modalidade de intervenção restritiva na propriedade de caráter

- A** exclusivo e pode dar ensejo a indenização de natureza jurídica de direito real em favor do proprietário, ainda que não seja demonstrada a efetiva redução do valor econômico do bem em função da referida limitação.
- B** geral e condição inerente ao exercício do direito de propriedade, inexistindo hipóteses de indenização.
- C** geral, mas que pode dar ensejo a indenização em favor do proprietário na hipótese de a limitação causar redução do valor econômico do bem, independentemente do momento em que tenha sido instituída a restrição.
- D** exclusivo e pode dar ensejo a indenização de natureza jurídica de direito real em favor do proprietário, desde que a aquisição do bem tenha ocorrido anteriormente à instituição da restrição.
- E** geral, mas que pode dar ensejo a indenização de natureza jurídica de direito pessoal, se a limitação causar redução do valor econômico do bem e a sua aquisição tiver ocorrido anteriormente à instituição da restrição.

QUESTÃO 93

Acerca do instituto da desapropriação, assinale a opção correta.

- A** A declaração de utilidade pública de determinada propriedade privada não afasta o direito à indenização por benfeitorias necessárias e úteis realizadas no imóvel posteriormente ao referido ato, mesmo que feitas sem a autorização do expropriante.
- B** De acordo com o STF, é condição para a imissão provisória da posse de imóvel objeto de desapropriação por utilidade pública o pagamento prévio e integral da indenização.
- C** Declarada a utilidade pública do bem objeto de decreto expropriatório, o poder público deve atender ao prazo de cinco anos para efetivar a desapropriação, o que pode ocorrer mediante acordo ou por via judicial, sob pena de caducidade.
- D** Na hipótese de o poder expropriante não dar ao imóvel a destinação prevista no decreto expropriatório, o expropriado tem direito real de reivindicar a propriedade do bem.
- E** Na desapropriação indireta, sobre o valor da indenização a ser paga devem incidir juros compensatórios pela perda antecipada da posse do imóvel, salvo em se tratando de propriedade improdutiva.

QUESTÃO 94

Com relação à responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta.

- A** São requisitos para a responsabilização civil objetiva do Estado a prática de conduta estatal ilícita, dano e nexo de causalidade entre a conduta e o dano, não sendo admitida a responsabilização decorrente de comportamento lícito estatal, salvo com base em previsão legal.
- B** De acordo com o STJ, a impossibilidade de empresa concessionária de serviços públicos arcar com indenização referente a prejuízo que deu causa não atrai a responsabilização civil do poder público concedente, salvo se este tiver concorrido para o evento danoso.
- C** A morte de preso no interior de estabelecimento prisional caracteriza conduta omissiva estatal, porém, para o STF, a responsabilização civil do Estado ocorre somente se demonstrada falta do poder público em seu dever de proteção à incolumidade física do preso.
- D** À luz do entendimento do STF, a responsabilidade objetiva do poder público pelos danos causados por seus agentes impede a responsabilização *per saltum* do agente público causador do dano.
- E** Nas ações de responsabilização civil do Estado, é obrigatória a denunciação à lide do agente público causador do dano, sob pena de comprometimento de direito de regresso do ente público.

QUESTÃO 95

O prefeito de determinado município contratou diretamente empresa prestadora de serviços à prefeitura, dispensando indevidamente a licitação e causando prejuízos ao erário, razão pela qual respondeu a ação civil por ato de improbidade administrativa. O juízo competente, anteriormente à citação do prefeito e sem sua prévia manifestação, deferiu medida cautelar de bloqueio de bens e, ao término da instrução processual, julgou procedentes os pedidos condenatórios formulados na ação.

A respeito dessa situação hipotética, assinale a opção correta, considerando o disposto na Lei n.º 8.429/1992 e o entendimento jurisprudencial.

- A** Em razão do cargo que ocupa, o prefeito deveria ter sido submetido à legislação específica referente à prática de crimes de responsabilidade em vez de responder a ação de improbidade administrativa.
- B** Dada a comprovação de concreta dilapidação patrimonial, o deferimento da medida cautelar de indisponibilidade de bens deveria ter sido condicionado à prévia citação do prefeito.
- C** No curso da instrução processual, a demonstração do dolo enquanto elemento subjetivo é fundamental para a caracterização da conduta imputada ao prefeito como ato de improbidade administrativa.
- D** O ressarcimento integral do dano, a perda da função pública e a cassação dos direitos políticos são sanções aplicáveis ao prefeito da situação hipotética, conforme a Lei n.º 8.429/1992.
- E** Eventual reconhecimento de prescrição da ação de improbidade administrativa não impedirá o prosseguimento da demanda relativa ao pedido de ressarcimento do prejuízo ao erário.

QUESTÃO 96

Um desembargador integrante de câmara cível isolada do TJ/CE e relator de determinado processo, cujo julgamento já foi iniciado, teve que se afastar de suas funções por período superior a trinta dias. Nesse processo, o relator chegou a apresentar o seu voto em sessão.

À luz do Código de Divisão e de Organização Judiciária do Estado do Ceará, assinale a opção correta em relação ao julgamento do processo já iniciado pelo magistrado afastado.

- A** Obrigatoriamente, será feita a substituição do desembargador por outro magistrado, devendo o voto do substituto ser computado na ocasião do julgamento.
- B** O julgamento deverá prosseguir, sendo computados os votos já proferidos.
- C** Deverá haver sorteio para a escolha de um novo relator entre os desembargadores que compõem a turma, sendo convocado um juiz substituto para completar os votos.
- D** O desembargador afastado deverá obrigatoriamente ser substituído no julgamento, porém não se computará o voto do magistrado substituto.
- E** O julgamento deverá ser suspenso e somente poderá ser retomado após o retorno do desembargador relator.

QUESTÃO 97

Extinto o processo judicial, caso a parte responsável pelas despesas processuais, apesar de devidamente intimada, não efetue o pagamento em quinze dias, a administração judiciária deverá

- A** intimar a parte adversa para promover a execução.
- B** encaminhar cópia dos autos ao MP estadual, que iniciará o procedimento de cobrança judicial.
- C** determinar, de ofício, o bloqueio da monta devida nas contas do devedor, por meio do sistema BACENJUD.
- D** fixar multa no percentual legalmente previsto e estabelecer as *astreintes*, intimando-se novamente o devedor.
- E** encaminhar os elementos necessários à Procuradoria-Geral do estado, para inscrição em dívida ativa.

QUESTÃO 98

Com o falecimento do oficial de registro dos serviços do foro extrajudicial do TJ/CE, o juiz diretor do fórum comunicou o fato ao presidente do tribunal e solicitou-lhe a nomeação de outro oficial de registro aprovado em concurso público. Em resposta, a presidência do TJ/CE afirmou que a validade do último concurso realizado se esgotou e que a previsão de conclusão de um novo concurso público para o cargo era de dois anos.

Nessa situação hipotética, o juiz diretor do fórum deverá

- A** designar interino para responder pelo expediente, recaindo a indicação, preferencialmente, sobre o substituto mais antigo da serventia.
- B** convocar o primeiro classificado na lista de reserva dos aprovados no último concurso para ocupar a vaga.
- C** determinar a anexação provisória das atribuições ao serviço da mesma natureza mais próximo.
- D** solicitar ao presidente do TJ/CE a anexação provisória das atribuições ao serviço localizado na sede de um dos municípios contíguos.
- E** solicitar ao corregedor-geral a designação de um interino para responder pelo expediente da serventia.

QUESTÃO 99

De acordo com a organização judiciária do estado do Ceará, o TJ/CE é dirigido

- A** por todos os membros do tribunal pleno.
- B** por todos os membros do órgão especial.
- C** por membros da corte, sob a supervisão do presidente do TJ/CE.
- D** pelo presidente, vice-presidente e corregedor-geral da justiça.
- E** pelo diretor do foro da capital, sob a supervisão do presidente do TJ/CE.

QUESTÃO 100

De acordo com a Lei n.º 16.397/2017, o processamento e o julgamento das ações penais referentes a crimes contra a ordem tributária são da competência das varas

- A** criminais.
- B** da fazenda pública.
- C** de execução fiscal e de crimes contra a ordem tributária.
- D** criminais da fazenda pública.
- E** de delitos de tráfico de drogas e crimes financeiros.

Espaço livre

